

REGIMENTO DE ÓRGÃO COMPLEMENTAR
PROCESSO 2011.1.4900.62.9 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Júnior
Presidente do Conselho Deliberativo

Diante da obrigatoriedade de enquadrar o Hospital Universitário nos ditames do Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina no que diz respeito à obrigatoriedade de eleição do Diretor Clínico e pela necessidade de atualização do Regimento do Hospital Universitário, venho propor a seguinte alteração regimental:

No Título III, Capítulo I, seção III, art. 13, § 3º, no que diz respeito à Comissão de Ensino e Pesquisa, proponho a seguinte redação *"A Câmara de Pesquisa será constituída por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor e os 6 (seis) Presidentes das Comissões de Pesquisa das Unidades de Ensino que compõe o Conselho Deliberativo mais o Representante Discente."*

No Título III, Capítulo II, Seção I, art. 16, Da Estrutura e Atribuições, proponho a seguinte nomenclatura para o item II, *"Departamento Administrativo."*

Criação de um novo Título para a figura do Diretor Clínico, ficando com a seguinte redação *"Título V – Do Diretor Clínico"*.

Para a criação deste Título, devem ser observadas as normas vigentes no Conselho Federal de Medicina e Conselho Regional de Medicina (CFM nº 1481/97 e CREMESP nº 184/08) quanto à forma de nomeação do Diretor Clínico e seu suplente, ficando o Título subdividido:

Artigo 1º - Ao Diretor Clínico compete a supervisão da prática médica realizada na instituição médica e, sendo cargo de representação médica na instituição, deve ser eleito pelo Corpo Clínico;

Artigo 2º - Cabe ao Hospital Universitário, sendo uma instituição de ensino, regulamentar a escolha do médico para o cargo de Diretor Clínico, devendo garantir a participação integral dos médicos, bem como estabelecer requisitos mínimos a serem preenchidos pelos candidatos à Direção;

Artigo 3º - o mandato do Diretor Clínico será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período;

Artigo 4º - para candidatura ao cargo de Diretor Clínico, o candidato deve ter no mínimo Doutorado;



Artigo 5º - todo o corpo clínico do Hospital Universitário poderá votar, sendo o voto direto e secreto;

Artigo 6º - será criada Comissão Eleitoral temporária, com membros indicados pela Superintendência, para condução dos trabalhos eleitorais, podendo a Comissão deliberar sobre eventuais ocorrências nas eleições;

Artigo 7º - os três candidatos mais votados comporão uma lista triíplice, que será levada para apreciação do Conselho Deliberativo, que indicará o Diretor Clínico e seu vice;

Artigo 8º - a renúncia ao cargo de Diretor Clínico deverá ser feita por escrito, devendo assumir o vice-Diretor Clínico imediatamente;

Artigo 9º - na vacância total do cargo, será deflagrado imediatamente novo processo eleitoral para a realização de nova eleição para que seja estabelecida a direção até o término do mandato, quando deverão ser realizadas novas eleições.

Com a criação do "Título V - Do Diretor Clínico", o Título "Das disposições Transitórias" passa a figurar como "Título VI - Das Disposições Transitórias", tendo o artigo 2º a seguinte redação: *"o presente Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo."*

Aproveito a oportunidade para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo 29 de novembro de 2011.

Profa. Dra. Sandra Josefina Ferraz Elleró Grisi
Superintendente

aprovado na 156ª reunião
do Conselho Deliberativo
30 / 11 / 11

REGIMENTO

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Conselho Deliberativo: Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Júnior

Prof. Dr. Jorge Mancini Filho

Profa. Dra. Helena Ribeiro

Prof. Dr. Rodney Garcia Rocha

Profa. Dra. Diná de Almeida Lopes Montêiro

Profa. Dra. Emma Otta

Superintendente: Profa. Dra. Sandra Josêfina Ferraz Ellero Grisi

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

TÍTULO I

Das Finalidades

Artigo 1º - O Hospital Universitário (HU), órgão previsto no Título II, Artigo 8º do Estatuto da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 3461/88 e no Título I, Capítulo IV, Artigo 8º, Inciso I, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 3745/90, tem por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

Artigo 2º - Para a consecução de seus objetivos cabe ao HU:

- I. estimular e promover o ensino e a pesquisa, servindo-lhes de campo de atividades e desenvolvimento;
- II. desenvolver atividades assistenciais de prevenção e tratamento da doença, bem como de proteção e recuperação da saúde;
- III. colaborar com as instituições de ensino no desenvolvimento de tecnologias assistenciais, educativas e operacionais.

Parágrafo único - Para atender o disposto no artigo anterior, o HU deve prestar serviços aos corpos docente, discente e de servidores não-docentes da USP, bem como à população da área geográfica correspondente atualmente ao Distrito de Saúde do Butantã.

TÍTULO II

Dos Recursos Financeiros e Patrimoniais

Artigo 3º - São de responsabilidade administrativa do HU suas instalações, equipamentos, valores e demais recursos ou bens que lhe sejam destinados.

Artigo 4º - Constituem recursos financeiros:

- I. dotação da Universidade de São Paulo, consignada anualmente em seu orçamento;
- II. auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III. receitas próprias patrimoniais e industriais provenientes de serviços prestados a terceiros;
- IV. receitas eventuais.

TÍTULO III

Da Administração Superior

Artigo 5º - São órgãos da Administração Superior do HU:

- I. Conselho Deliberativo;
- II. Superintendência.

CAPÍTULO I

Do Conselho Deliberativo

SEÇÃO I

Da Composição e Competência

Artigo 6º - O Conselho Deliberativo (CD) é constituído por:

- I. Diretor das seguintes Unidades:
 - a) Escola de Enfermagem;
 - b) Faculdade de Ciências Farmacêuticas;
 - c) Faculdade de Medicina;
 - d) Faculdade de Odontologia;
 - e) Faculdade de Saúde Pública;
 - f) Instituto de Psicologia.
- II. um Representante Discente;
- III. um Representante dos Servidores não-docentes da USP;
- IV. um Representante dos Usuários do Distrito de Saúde do Butantã.

Parágrafo 1º - O CD será presidido pelo Diretor da Faculdade de Medicina ou em suas faltas e impedimentos, pelo Diretor de outra Unidade componente do Conselho, com maior tempo de exercício como membro do Colegiado.

Parágrafo 2º - O representante discente e respectivo suplente, eleitos anualmente, em novembro, segundo regimento elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), dentre os alunos dos cursos das Unidades participantes do CD.

Parágrafo 3º - O representante e respectivo suplente dos servidores não-docentes, eleitos, dentre eles, pelos representantes dos servidores não-docentes nas Congregações de todas as Unidades da USP, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo 4º - O representante e respectivo suplente, dos usuários do Distrito de Saúde do Butantã indicados pelo Conselho de Saúde desse Distrito, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Parágrafo 5º - O Presidente do CD baixará normas regulamentando o processo eleitoral, com trinta dias de antecedência, dando ampla divulgação nas Unidades interessadas.

Artigo 7º - O Superintendente do Hospital Universitário participará das reuniões, sem direito a voto.

Artigo 8º - O CD reunir-se-á uma vez por mês, ordinariamente, e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas com quarenta e oito horas de antecedência, com a pauta dos trabalhos.

Parágrafo 2º - O CD reunir-se-á, em primeira e segunda convocações com a presença de mais da metade de seus membros e em terceira convocação com qualquer número, quarenta e oito horas após.

Artigo 9º - As deliberações do CD serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos em que o Estatuto ou o Regimento Geral da Universidade disponham de modo diverso.

Parágrafo único - As votações serão secretas, nos casos previstos no Artigo 247 do Regimento Geral ou a juízo do colegiado.

Artigo 10 - As deliberações do CD serão baixadas por portarias ou encaminhadas ao Reitor quando necessário, nos termos da legislação vigente.

Artigo 11 - Ao Conselho Deliberativo (CD) compete:

- I. definir as diretrizes básicas das atividades de assistência médico-hospitalar, de pesquisa, de cooperação didática e de prestação de serviços médicos e hospitalares à comunidade;
- II. deliberar sobre assuntos de interesse do HU, que lhe forem submetidos pelo seu Presidente ou por proposta do Superintendente;
- III. definir critérios e prioridades;
- IV. acompanhar a execução de planos de trabalho, projetos e atividades do HU;
- V. eleger os nomes para compor a lista tripartite para a escolha do Superintendente pelo Reitor;
- VI. referendar a indicação feita pelo Superintendente, do seu eventual substituto nos impedimentos legais e temporários;
- VII. propor à Reitoria acordos, convênios e contratos, com entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras;
- VIII. propor à Reitoria a aceitação de legados e doações feitas ao HU, quando clausuladas;
- IX. aprovar e dar o encaminhamento definido na legislação pertinente:
 - a) a proposta do quadro de pessoal do HU e o respectivo plano de classificação de funções;
 - b) os planos e programas do HU;
 - c) a proposta de orçamento de custeio e investimento, programações financeiras e suas alterações;
 - d) o regimento do HU;
- X. aprovar a prestação de contas e o relatório anual da Superintendência;
- XI. homologar a composição da Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP);

Parágrafo 1º - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.

- XII. criar, para fins específicos, comissões transitórias estabelecendo suas atribuições;
- XIII. aprovar normas para a concessão de bolsas de estudo;
- XIV. convocar servidores e convidar especialistas para opinar sobre assuntos de interesse do HU; elaborar o relatório anual de suas atividades e encaminhar ao Reitor juntamente com o da Superintendência

SEÇÃO II

Da Competência do Presidente

Artigo 12 - Ao Presidente do Conselho Deliberativo compete:

- I. convocar e presidir as reuniões do colegiado;
- II. organizar a pauta das reuniões;
- III. cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente;
- IV. encaminhar ao Reitor as deliberações do CD;
- V. encaminhar ao Reitor a lista triplíce de nomes para a escolha do Superintendente.
- VI. decidir, em casos de urgência, "ad referendum" do CD;
- VII. baixar portarias.

SEÇÃO III

Da Comissão de Ensino e Pesquisa

Artigo 13 - Haverá no Hospital uma Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP) permanente, diretamente subordinada ao CD, com a finalidade de coordenar e supervisionar as atividades didáticas e de pesquisa.

Parágrafo 1º - A COMEP será constituída por uma Câmara de Ensino e uma Câmara de Pesquisa.

Parágrafo 2º - A Câmara de Ensino, que contemplará as atividades de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu*, será constituída pelos Presidentes das Comissões de Graduação das unidades que compõem o CD e por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário indicados pela Superintendência.

Parágrafo 3º - A Câmara de Pesquisa será constituída por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor, pelos 6 (seis) Presidentes das Comissões de Pesquisa das Unidades de Ensino que compõe o Conselho Deliberativo mais o Representante Discente e pelo Presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.

Parágrafo 4º - Os mandatos serão de 2 anos, admitida a recondução.

Artigo 14 - O CD estabelecerá, por portaria, as normas de funcionamento e atribuições da COMEP.

CAPÍTULO II

Da Superintendência

Artigo 15 - A Superintendência é o órgão de direção executiva que coordena, supervisiona e controla todas as atividades do HU.

SEÇÃO I

Das Atribuições

Artigo 16 - A Superintendência do HU tem as seguintes atribuições:

- I. administrar o Hospital;
- II. estabelecer as diretrizes gerais para o seu funcionamento;

- III. coordenar e supervisionar suas atividades assistenciais;
- IV. estabelecer o relacionamento externo e divulgar as atividades do hospital;
- V. propor ao CD o quadro de pessoal;
- VI. encaminhar a proposta orçamentária ao CD;
- VII. analisar contratos e convênios;
- VIII. estabelecer a tabela de preços dos serviços prestados pelo HU;
- IX. avaliar o desempenho do hospital;
- X. elaborar o relatório anual a ser submetido à apreciação do CD.

SEÇÃO II

Do Superintendente

Artigo 17 - O Superintendente, Livre-Docente, no mínimo, será designado pelo Reitor dentre os componentes de lista triplíce elaborada pelo CD.

Parágrafo único - O Superintendente, demissível *ad nutum*, terá mandato coincidente com o do Reitor.

Artigo 18 - Ao Superintendente compete:

- I. administrar o HU e supervisionar todas as suas atividades;
- II. cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente;
- III. indicar os assessores, bem como seu substituto eventual submetendo os nomes à homologação pelo CD;
- IV. designar os membros das comissões subordinadas, os Diretores dos Departamentos, Divisões e Serviços, ouvindo os Diretores das Unidades respectivas, quando for o caso;
- V. homologar os processos licitatórios;
- VI. julgar os processos administrativos e de sindicâncias;
- VII. assinar convênios e contratos devidamente autorizados;
- VIII. constituir comissões, ouvindo quando for o caso, as áreas pertinentes;
- IX. participar das reuniões do CD;
- X. baixar portarias administrativas.

SEÇÃO III

Das Comissões do HU

Artigo 19 - Ficam subordinadas ao Superintendente as seguintes Comissões:

- I. Comissão de Análise de Óbitos e Intercorrências (CAOI);
- II. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

- III. Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT);
- IV. Comissão de Julgamento de Licitações (CJL);
- V. Comissão de Informática (CINFOR);
- VI. Comissão de Biblioteca e Documentação Científica (CBDC);

Parágrafo 1º - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.

Parágrafo 2º - As Comissões em sua primeira reunião anual elegerão seus presidentes e respectivos suplentes, dentre seus membros.

Parágrafo 3º - Os membros das Comissões e respectivos suplentes serão designados pelo Superintendente, ouvidos os Diretores de Departamento, de Divisão e de Serviço.

Artigo 20 - As comissões referidas no artigo anterior terão suas atribuições e funcionamento regulamentadas em resoluções do CD, propostas pelo Superintendente.

Artigo 21 - Além das comissões anteriormente referidas, o Superintendente providenciará a instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Comissão de Ética Médica, Comissão de Ética em Enfermagem e Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), nos termos da legislação vigente.

Artigo 22 - Ficam diretamente subordinadas ao Superintendente os seguintes Departamentos, Divisões e Serviços:

- I. Departamento Administrativo;
- II. Departamento Médico;
- III. Departamento de Enfermagem;
- IV. Divisão de Farmácia e Laboratório Clínico;
- V. Serviço de Nutrição e Dietética;
- VI. Divisão de Odontologia;
- VII. Serviço de Biblioteconomia e Documentação Científica.

Artigo 23 - A estrutura e atribuições dos departamentos, divisões e serviços, referidos no artigo anterior, serão propostas pelo Superintendente e homologadas pelo CD.

Parágrafo único - O CD poderá baixar portarias complementares, por proposta do Superintendente, disciplinando o funcionamento das divisões e serviços.

Artigo 24 - A Secretaria do HU, com a finalidade de organizar o expediente e arquivos do CD e da Superintendência, fica subordinada diretamente ao Superintendente.

Parágrafo único - A Secretaria referida no *caput* terá sua estrutura e atribuições fixadas por ato reitoral por proposta do Superintendente, homologada pelo CD.

SEÇÃO IV

Da Assessoria Técnico-Administrativa

Artigo 25 - A Assessoria Técnico-Administrativa, constituída por profissionais de nível superior, tem por finalidade assessorar e auxiliar o Superintendente na formulação e execução do plano de ação estabelecido para o funcionamento do HU.

Parágrafo único - Os assessores poderão ser encarregados de outras atribuições que venham a ser estabelecidas pelo CD ou pela Superintendência.

SEÇÃO V

Do Departamento Médico

Artigo 26 - O Departamento Médico tem por finalidade coordenar, supervisionar e controlar as atividades na área médica a ele subordinadas.

Parágrafo único - O Departamento referido no *caput* deve colaborar com o Superintendente para o funcionamento harmônico das divisões e serviços do HU.

Artigo 27 - O Departamento Médico tem a seguinte estrutura:

- I. Divisão de Clínica Médica;
- II. Divisão de Clínica Cirúrgica;
- III. Divisão de Clínica Obstétrica e Ginecológica;
- IV. Divisão de Clínica Pediátrica;
- V. Serviço de Anatomia Patológica;
- VI. Serviço de Anestesiologia;
- VII. Serviço de Imagenologia;
- VIII. Serviço de Ortopedia.

Parágrafo único - A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidas no artigo anterior, serão propostas pelo Diretor do Departamento e homologadas pelo CD.

SEÇÃO VI

Do Departamento de Enfermagem

Artigo 28 - O Departamento de Enfermagem tem por finalidade coordenar, supervisionar e controlar as atividades na área de enfermagem a ele subordinadas.

Parágrafo único - O Departamento referido no *caput* deve colaborar com o Superintendente para o funcionamento harmônico das divisões e serviços do HU.

Artigo 29 - O Departamento de Enfermagem tem a seguinte estrutura:

- I. Divisão de Enfermagem Clínica;
- II. Divisão de Enfermagem Cirúrgica;
- III. Divisão de Enfermagem Materno-Infantil;
- IV. Divisão de Enfermagem de Pacientes Externos;
- V. Serviço de Apoio Educacional.

Parágrafo único - A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidos no artigo anterior, serão propostas pelo Diretor do Departamento e homologadas pelo CD.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Artigo 30 - São atribuições comuns aos dirigentes ou responsáveis por órgãos do HU, observadas as respectivas áreas de atuação:

- I. cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as decisões dos órgãos superiores, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades hierarquicamente superiores;
- II. transmitir a seus subordinados a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos;
- III. estimular o desenvolvimento profissional dos servidores subordinados;
- IV. expedir as determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;
- V. manter ambiente propício ao desenvolvimento dos trabalhos;
- VI. avaliar o desempenho dos órgãos subordinados e responder pelos resultados alcançados;
- VII. providenciar a instrução de processos de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se, conclusivamente, a respeito das matérias;
- VIII. propor ao superior imediato a indicação do respectivo substituto, obedecidos os requisitos inerentes à função;
- IX. apresentar relatórios sobre os serviços executados pelo órgão que dirige;
- X. praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer atribuições dos órgãos administrativos ou do pessoal subordinado, quando necessário;
- XI. avocar de modo geral ou em casos especiais a competência de qualquer servidor subordinado;
- XII. diligenciar para que a programação dos trabalhos seja cumprida;
- XIII. controlar a frequência diária do pessoal subordinado;
- XIV. decidir sobre pedidos de abono e justificação de faltas ao serviço;

- XV. conceder férias aos subordinados, quando decorrente de escala estabelecida;
- XVI. requisitar material de consumo e material permanente, necessário ao uso do órgão que dirige;
- XVII. tratar a todos com urbanidade;
- XVIII. praticar outros atos decorrentes da legislação vigente, normas ou ordens superiores.

Artigo 31 - O funcionamento dos diferentes órgãos será estabelecido por meio de resoluções do CD ou por portarias da Superintendência, quando for o caso.

Artigo 32 - A interação entre HU e Unidades será realizada por docentes indicados pela Unidade ao Superintendente e homologados pelo CD.

Artigo 33 - A seleção de servidores, de nível superior, por concurso público, será feita por comissões indicadas pelo Superintendente com a participação de docentes indicados pelas Unidades das áreas respectivas.

Artigo 34 - Os Diretores dos Departamentos, das Divisões e Serviços serão indicados pelo Superintendente, ouvidas as Diretorias das Unidades respectivas, quando for o caso.

Artigo 35 - As funções dos membros das Comissões Permanentes e das Comissões Consultivas do HU não serão remuneradas.

Artigo 36 - A frequência ao HU de profissionais ligados à área da saúde, para aprendizado, poderá ocorrer mediante proposta justificada à Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP) e aprovada pelo Superintendente.

Artigo 37 - Os servidores do HU ficarão sujeitos ao regime jurídico da C.L.T. ou outro que vier a ser estabelecido pela Universidade.

Artigo 38 - Notícias e informações referentes ao HU somente poderão ser veiculadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pelo Superintendente ou por Assessores, quando autorizados.

Artigo 39 - Os servidores não poderão receber, a qualquer título ou sob qualquer forma, retribuições particulares por serviços prestados em sua condição funcional.

Artigo 40 - Os servidores não poderão tratar com terceiros, assuntos de interesse do HU, sem prévia e expressa autorização do CD ou da Superintendência.

TÍTULO V Do Diretor Clínico

Artigo 41 - Ao Diretor Clínico compete a supervisão da prática médica na instituição, devendo ser eleito pelo Corpo Clínico.

Artigo 42 - Cabe ao Conselho Deliberativo do Hospital Universitário, sendo uma instituição de ensino, regulamentar a escolha do médico para o cargo de Diretor Clínico, devendo garantir a participação integral dos médicos, bem como estabelecer requisitos mínimos a serem preenchidos pelos candidatos à Direção.

Artigo 43 - O mandato do Diretor Clínico será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período.

Artigo 44 - Para candidatura ao cargo de Diretor Clínico, o candidato deve pertencer ao quadro de funcionários do HU e ter, no mínimo, Doutorado.

Artigo 45 - Todo o corpo clínico do Hospital Universitário poderá votar, sendo o voto direto e secreto.

Artigo 46 - Será criada Comissão Eleitoral temporária, com membros indicados pela Superintendência, para condução dos trabalhos eleitorais, podendo a Comissão deliberar sobre eventuais ocorrências nas eleições;

Artigo 47 - Os três candidatos mais votados comporão uma lista tríplice, que será levada para apreciação do Conselho Deliberativo, que indicará o Diretor Clínico e seu vice.

Artigo 48 - A renúncia ao cargo de Diretor Clínico deverá ser feita por escrito, devendo o vice-Diretor Clínico assumir imediatamente.

Artigo 49 - Na vacância total do cargo será deflagrado imediatamente processo eleitoral para a realização de nova eleição para que seja estabelecida a direção até o término do mandato, quando deverão ser realizadas novas eleições.

TÍTULO VI

Das Disposições Transitórias

Artigo 1 - O Superintendente providenciará no prazo de cento e vinte dias as modificações necessárias para a adaptação da estrutura do HU ao presente regimento.

Parágrafo único - Para cumprir o disposto no *caput* do artigo anterior, o Superintendente procederá o remanejamento dos servidores, quando necessário.

Artigo 2 - O presente Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo.

RUSP 2011.1.4900.62.9

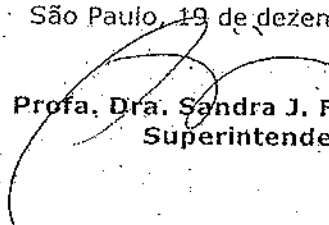
FOLHA DE INFORMAÇÃO

Juntadas fls. 2/19.

Encaminho proposta de alteração do Regimento do Hospital Universitário, devidamente aprovado pelo Conselho Deliberativo do HU.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo, 19 de dezembro de 2011


Profa. Dra. Sandra J. F. Ellero Grisi
Superintendente

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Mônaco
Procurador Geral da Universidade



PG. P. 0046/12 - RUSP
RL/

AUTOS USP nº: 2011.1.4900.62.9

INTERESSADO: Hospital Universitário

ASSUNTO: Proposta de alteração do Regimento do HU. Disposições do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Resoluções CFM nº 1.481/97 e nº 1.342/91. Resoluções CREMESP nº 134/06 e nº 184/08. Inaplicabilidade. Atividades-fins da Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Natureza político-organizacional das normas emanadas pelo CFM e do CREMESP. Autonomia universitária. Análise jurídico-formal da proposta.

P A R E C E R

Senhor Procurador Geral,

Trata-se de proposta de alteração do Regimento do Hospital Universitário (fls. 8/19), aprovada pelo Conselho Deliberativo do órgão complementar (fls. 20).

Em resumo, a proposta: a) altera a composição da Câmara de Pesquisa da Comissão de Ensino e Pesquisa (§ 3º do artigo 13 da proposta); b) modifica a denominação da "Divisão Técnico-Assistencial" para "Departamento Administrativo" e suprime a "Divisão Administrativa" (incisos I e II do artigo 22 do Regimento e inciso I do artigo 23 da proposta); c) cria os Departamentos Médico e de Enfermagem (incisos II e III da do artigo 22 da proposta); d) altera o processo de estruturação e atribuições das divisões e dos serviços (parágrafo único dos artigos 28 e 30 do Regimento e parágrafo único



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

23

dos artigos 27 e 29 da proposta); e) disciplina o cargo de Diretor Clínico, com fundamento na Resolução CFM nº 1.481/97 e na Resolução CREMESP nº 184/08 (artigos 41 a 49 da proposta).

Vêm os autos a esta Procuradoria Geral, para análise jurídico-formal da proposta (fls. 20vº).

Em breve síntese, é o relatório. Passamos a opinar.

Inicialmente, cumpre-se analisar a aplicabilidade das normas emanadas pelo Conselho Federal de Medicina e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo ao Hospital Universitário, órgão complementar da Universidade de São Paulo.

O HU tem por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade (artigo 1º do Regimento). Ou seja, o Hospital exerce atividades-fins da própria Universidade (artigo 2º do Estatuto).

Em vista da natureza das atividades desenvolvidas pelo Hospital, a organização interna do órgão, sob o aspecto político-estrutural, cabe à Universidade.

A Resolução CFM nº 1.481/97 estabelece diretrizes gerais concernentes à elaboração dos Regimentos Internos do Corpo Clínico das instituições prestadoras de serviços de assistência médica no país (anexo). A Resolução CREMESP nº 184/08 regulamento o processo de escolha do médico no âmbito dos Hospitais Universitários e de Ensino (anexo). Em complementação, verificamos que a Resolução CFM nº 1.342/91 dispõe sobre as atribuições do Diretor Técnico e do Diretor Clínico (anexo), bem como a Resolução CREMESP nº 134/06 estabelece as diretrizes gerais para a elaboração de Regimentos Internos dos estabelecimentos de assistência médica no Estado de São Paulo (anexo).

Da análise da regulamentação emanada pelo CFM e pelo CREMESP, é inconteste o caráter político-organizacional das mencionadas



normas e a consequente ingerência dos Conselhos Profissionais na organização interna do órgão universitário, em manifesta ofensa à autonomia da Universidade, insculpida no art. 207 da Constituição Federal.

Certo é que o HU pode espontaneamente adotar as orientações dos Conselhos, na íntegra ou parcialmente, mas sempre respeitados os fins universitários de ensino, pesquisa e extensão.

Sob o aspecto jurídico-formal, as alterações propostas não apresentam óbices no tocante à adequação às normas universitárias superiores.

Com relação às alterações substanciais, cumpre destacar a supressão da aprovação do Reitor às propostas de estrutura e de atribuições das divisões e dos serviços (parágrafo único dos artigos 28 e 30 do Regimento e parágrafo único dos artigos 27 e 29 da proposta). Além disso, a criação do Título V – Do Diretor Clínico também se insere dentre as matérias de mérito a serem apreciadas pelos órgãos superiores – CLR e Co.¹

Com relação ao aspecto formal da redação do texto, recomendamos a observância da legislação específica que trata da elaboração, alteração e consolidação das leis e atos normativos,² bem como a praxe adotada na Universidade. Nesse sentido, tecemos as seguintes considerações gerais:

O parágrafo único de artigo deve ser indicado pela expressão "Parágrafo único", seguida de traço e separada do texto normativo por dois espaços em branco.³

Os parágrafos de artigo devem ser indicados pelo símbolo "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, a partir do décimo, acompanhada de traço em ambos os casos.

¹ Cf. alínea "a" do inciso I do artigo 12 e inciso VI do artigo 11 do Regimento Geral.

² Cf. Lei Complementar estadual nº 863/99.

³ Observamos que a proposta seguiu a orientação, com exceção do parágrafo único do artigo 11 (ver quadro sinótico abaixo).



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROCURADORIA GERAL

25

O texto do parágrafo único e dos parágrafos deve ser iniciado com letra maiúscula e terminar com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos.

Os incisos devem ser indicados por algarismos romanos seguidos de hífen, o qual é separado do algarismo e do texto por um espaço em branco.

O texto do inciso deve ser iniciado com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, e deve terminar com: a) ponto-e-vírgula; b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas; ou c) ponto, caso seja o último.

As alíneas devem ser indicadas com letra minúscula, na sequência do alfabeto e acompanhadas de parêntese

O texto da alínea deve ser iniciado com letra minúscula, salvo quando se tratar de nome próprio, e deve terminar com: a) ponto-e-vírgula; ou b) ponto, caso seja o último.⁴

Os capítulos e os títulos devem ser grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos.

As seções devem ser indicadas por algarismos romanos, grafadas em letras maiúsculas e postas em realce.

Observamos, ainda, que a Universidade substituiu a denominação "servidores não-docentes" por "servidores técnicos e administrativos, de acordo com a Resolução nº 5912, de 11 de maio de 2011, que dispõe sobre a carreira dos servidores técnicos e administrativos da Universidade. Assim, recomendamos a adequação dos seguintes dispositivos da proposta: parágrafo único do artigo 2º, inciso III e § 3º do artigo 6º.

⁴ Rever a pontuação da alínea "d" do inciso IX do artigo 11.



A fim de simplificar a presente análise, o quadro sinótico abaixo oferece sugestões em relação à proposta, quando pertinentes.

Quadro sinótico

Regimento em vigor	Proposta	Sugestões
Artigo 6º - (...) <i>Correspondente ao § 2º.</i>	Artigo 6º - (...) Parágrafo 2º - O representante discente e respectivo suplente, eleitos anualmente, em novembro, segundo regimento elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), dentre os alunos dos cursos das Unidades participantes do CD.	(...) § 2º - O representante discente e o respectivo suplente serão eleitos anualmente, em novembro, segundo regimento elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), dentre os alunos dos cursos das Unidades participantes do CD.
Artigo 11 - (...) <i>Correspondente ao inciso XI.</i> <i>Sem correspondente.</i>	Artigo 11 - (...) XI. homologar a composição da Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP); Parágrafo 1º - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.	(...) XI - (...) <i>Transferir para o final do dispositivo.</i>
<i>Correspondente ao inciso XII.</i> (...)	XII. criar, para fins específicos, comissões transitórias estabelecendo suas atribuições; (...)	XII - (...) (...)
XIV. convocar servidores e convidar	XIV. convocar servidores e convidar	XIV - convocar servidores e convidar



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

28

<p>especialistas para opinar sobre assuntos de interesse do HU;</p> <p>XV. elaborar o relatório anual de suas atividades e encaminhar ao Reitor juntamente com o da Superintendência.</p>	<p>especialistas para opinar sobre assuntos de interesse do HU;</p> <p>elaborar o relatório anual de suas atividades e encaminhar ao Reitor juntamente com o da Superintendência</p>	<p>especialistas para opinar sobre assuntos de interesse do HU;</p> <p>XV - elaborar o relatório anual de suas atividades e <u>encaminhá-lo</u> ao Reitor juntamente com o da Superintendência.</p> <p>Parágrafo único - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.</p>
<p>Artigo 13 - (...)</p> <p>§3º - A Câmara de Pesquisa será constituída por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor.</p>	<p>Artigo 13 - (...)</p> <p>Parágrafo 3º - A Câmara de Pesquisa será constituída por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor, pelos 6 (seis) Presidentes das Comissões de Pesquisa das Unidades de Ensino que compõe o Conselho Deliberativo mais o Representante Discente e pelo Presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo.</p>	<p>(...)</p> <p>§ 3º - A Câmara de Pesquisa será constituída de:</p> <p>I - seis profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor;</p> <p>II - os Presidentes das Comissões de Pesquisa das Unidades de Ensino que compõe o Conselho Deliberativo;</p> <p>III - Presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo; e</p> <p>IV - um representante do corpo discente, conforme estabelecido</p>



§4º - Os mandatos serão de 2 anos, admitida a recondução.	Parágrafo 4º - Os mandatos serão de 2 anos, admitida a recondução.	no Regimento da Câmara de Pesquisa do HU. ⁵ § 4º - Os mandatos serão de dois anos, admitida a recondução.
<i>Sem correspondente.</i>	Artigo 48 - A renúncia ao cargo de Diretor Clínico deverá ser feita por escrito, devendo o vice-Diretor Clínico assumir imediatamente.	Artigo 48 - A renúncia ao cargo de Diretor Clínico deverá ser feita por escrito, devendo o Vice-Diretor Clínico assumir imediatamente.
<i>Sem correspondente.</i>	Artigo 49 - Na vacância total do cargo será deflagrado imediatamente processo eleitoral para a realização de nova eleição para que seja estabelecida a direção até o término do mandato, quando deverão ser realizadas novas eleições.	Parágrafo único - Na vacância de ambos os cargos, será deflagrado imediatamente o processo eleitoral de escolha de Diretor e Vice , para completar o mandato.
TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS	TÍTULO VI Das Disposições Transitórias	(...) DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
Artigo 1º - O Superintendente providenciará, no prazo de cento e vinte dias as modificações necessárias para a adaptação da estrutura do HU ao presente regimento.	Artigo 1 - O Superintendente providenciará no prazo de cento e vinte dias as modificações necessárias para a adaptação da estrutura do HU ao presente regimento.	Artigo 1º - (...)
Parágrafo único - Para cumprir o disposto no	Parágrafo único - Para cumprir o disposto no	(...)

⁵ Observamos que, de acordo com o inciso III do artigo 3º do Regimento da Câmara de Pesquisa do HU (fls. 4/6), trata-se, na verdade, de representação dos servidores técnicos de nível superior do HU que também sejam discentes de pós-graduação da Universidade.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

PROCURADORIA GERAL

29

<i>caput</i> do artigo anterior, o Superintendente procederá o remanejamento dos servidores, quando necessário.	<i>caput</i> do artigo anterior, o Superintendente procederá o remanejamento dos servidores, quando necessário.	
Artigo 2º - No prazo de dois anos da vigência do presente regimento, poderão ser propostas alterações em seus dispositivos, por deliberação da maioria absoluta dos membros do CD.	Artigo 2 - O presente Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo.	Artigo 2º - (...)

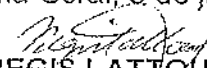
Com as considerações acima, recomendamos a reapreciação da proposta pelo Hospital Universitário.

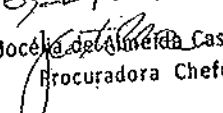
É o parecer.

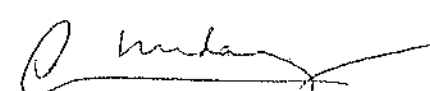
À consideração superior.

Se aprovado, encaminhem-se os autos ao HU.

Procuradoria Geral, 5 de janeiro de 2012.


REGIS LATTOUF
Procurador
Procuradoria Acadêmica

De acordo.
PG, 13/03/2012.

Jocéia de Almeida Castilho
Procuradora Chefe

De acordo.
Ao HV.
PG, 12/01/2012


Ana Maria da Cruz
Procuradora Geral Substituta

REGIMENTO

Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas

Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélió Nogueira da Cruz

Conselho Deliberativo: Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Júnior

Prof. Dr. Jorge Mancini Filho

Profa. Dra. Helena Ribeiro

Prof. Dr. Rodney Garcia Rocha

Profa. Dra. Diná de Almeida Lopes Monteiro

Profa. Dra. Emma Otta

Superintendente: Profa. Dra. Sandra Josefina Ferraz Ellero Grisi

Quintadas Jr. 43/54.

*Informo que todas as sugestões apontadas no Parecer
PG.P.0046/12 - USP foram acionadas, podendo o Processo
ser remetido à Secretaria Geral e à Procuradoria da CLR
e posturas apoiadas pelo Conselho Universitário*

[Assinatura]
Prof.ª Dra. Sandra J. F. Ellero Grisi
Superintendente HU - USP 12/12
Reg. Func. Nº. 2091389

TÍTULO I

Das Finalidades

Artigo 1º - O Hospital Universitário (HU), órgão previsto no Título II, Artigo 8º do Estatuto da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 3461/88 e no Título I, Capítulo IV, Artigo 8º, Inciso I, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 3745/90, tem por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

Artigo 2º - Para a consecução de seus objetivos cabe ao HU:

- I - estimular e promover o ensino e a pesquisa, servindo-lhes de campo de atividades e desenvolvimento;
- II - desenvolver atividades assistenciais de prevenção e tratamento da doença, bem como de proteção e recuperação da saúde;
- III - colaborar com as instituições de ensino no desenvolvimento de tecnologias assistenciais, educativas e operacionais.

Parágrafo único - Para atender o disposto no artigo anterior, o HU deve prestar serviços aos corpos docente, discente e de servidores técnicos e administrativos da USP, bem como à população da área geográfica correspondente atualmente ao Distrito de Saúde do Butantã.

TÍTULO II

Dos Recursos Financeiros e Patrimoniais

Artigo 3º - São de responsabilidade administrativa do HU suas instalações, equipamentos, valores e demais recursos ou bens que lhe sejam destinados.

Artigo 4º - Constituem recursos financeiros:

- I - dotação da Universidade de São Paulo, consignada anualmente em seu orçamento;
- II - auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- III - receitas próprias patrimoniais e industriais provenientes de serviços prestados a terceiros;
- IV - receitas eventuais.

TÍTULO III

Da Administração Superior

Artigo 5º - São órgãos da Administração Superior do HU:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Superintendência.

CAPÍTULO I

Do Conselho Deliberativo

SEÇÃO I

Da Composição e Competência

Artigo 6º - O Conselho Deliberativo (CD) é constituído por:

I - Diretor das seguintes Unidades:

- a) Escola de Enfermagem;
- b) Faculdade de Ciências Farmacêuticas;
- c) Faculdade de Medicina;
- d) Faculdade de Odontologia;
- e) Faculdade de Saúde Pública;
- f) Instituto de Psicologia.

II - um Representante Discente;

III - um Representante dos servidores técnicos e administrativos da USP; ✓

IV - um Representante dos Usuários do Distrito de Saúde do Butantã.

§ 1º - O CD será presidido pelo Diretor da Faculdade de Medicina ou em suas faltas e impedimentos, pelo Diretor de outra Unidade componente do Conselho, com maior tempo de exercício como membro do Colegiado.

§ 2º - O representante discente e o respectivo suplente serão eleitos anualmente, em novembro, segundo regimento elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), dentre os alunos dos cursos das Unidades participantes do CD. ✓

§ 3º - O representante e respectivo suplente dos servidores técnicos e administrativos, eleitos, dentre eles, pelos representantes dos servidores técnicos e administrativos nas Congregações de todas as Unidades da USP, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 4º - O representante e respectivo suplente, dos usuários do Distrito de Saúde do Butantã indicados pelo Conselho de Saúde desse Distrito, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 5º - O Presidente do CD baixará normas regulamentando o processo eleitoral, com trinta dias de antecedência, dando ampla divulgação nas Unidades interessadas.

Artigo 7º - O Superintendente do Hospital Universitário participará das reuniões, sem direito a voto.

Artigo 8º - O CD reunir-se-á uma vez por mês, ordinariamente, e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas com quarenta e oito horas de antecedência, com a pauta dos trabalhos.

§ 2º - O CD reunir-se-á, em primeira e segunda convocações com a presença de mais da metade de seus membros e em terceira convocação com qualquer número, quarenta e oito horas após.

Artigo 9º - As deliberações do CD serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos em que o Estatuto ou o Regimento Geral da Universidade disponham de modo diverso.

Parágrafo único - As votações serão secretas, nos casos previstos no Artigo 247 do Regimento Geral ou a juízo do colegiado.

Artigo 10º - As deliberações do CD serão baixadas por portarias ou encaminhadas ao Reitor quando necessário, nos termos da legislação vigente.

Artigo 11º - Ao Conselho Deliberativo (CD) compete:

- I - definir as diretrizes básicas das atividades de assistência médico-hospitalar, de pesquisa, de cooperação didática e de prestação de serviços médicos e hospitalares à comunidade;
- II - deliberar sobre assuntos de interesse do HU, que lhe forem submetidos pelo seu Presidente ou por proposta do Superintendente;
- III - definir critérios e prioridades;
- IV - acompanhar a execução de planos de trabalho, projetos e atividades do HU;
- V - eleger os nomes para compor a lista tripla para a escolha do Superintendente pelo Reitor;
- VI - referendar a indicação feita pelo Superintendente, do seu eventual substituto nos impedimentos legais e temporários;
- VII - propor à Reitoria acordos, convênios e contratos, com entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras;
- VIII - propor à Reitoria a aceitação de legados e doações feitas ao HU, quando clausuladas;
- IX - aprovar e dar o encaminhamento definido na legislação pertinente:
 - a) a proposta do quadro de pessoal do HU e o respectivo plano de classificação de funções;
 - b) os planos e programas do HU;
 - c) a proposta de orçamento de custeio e investimento, programações financeiras e suas alterações;
 - d) regimento do HU.
- X - aprovar a prestação de contas e o relatório anual da Superintendência;
- XI - homologar a composição da Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP); ✓
- XII - criar, para fins específicos, comissões transitórias estabelecendo suas atribuições;
- XIII - aprovar normas para a concessão de bolsas de estudo;
- XIV - convocar servidores e convidar especialistas para opinar sobre assuntos de interesse do HU; ✗
- XV - elaborar o relatório anual de suas atividades e encaminhá-lo ao Reitor juntamente com o da Superintendência. ✓

Parágrafo único - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções. ✓

SEÇÃO II

Da Competência do Presidente

Artigo 12º - Ao Presidente do Conselho Deliberativo compete:

- I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;
- II - organizar a pauta das reuniões;
- III - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente;
- IV - encaminhar ao Reitor as deliberações do CD;
- V - encaminhar ao Reitor a lista tripla de nomes para a escolha do Superintendente.
- VI - decidir, em casos de urgência, "ad referendum" do CD;
- VII - baixar portarias.

SEÇÃO III

Da Comissão de Ensino e Pesquisa

Artigo 13º - Haverá no Hospital uma Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP) permanente, diretamente subordinada ao CD, com a finalidade de coordenar e supervisionar as atividades didáticas e de pesquisa.

§ 1º - A COMEP será constituída por uma Câmara de Ensino e uma Câmara de Pesquisa.

§ 2º - A Câmara de Ensino, que contemplará as atividades de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu*, será constituída pelos Presidentes das Comissões de Graduação das unidades que compõem o CD e por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário indicados pela Superintendência.

§ 3º - A Câmara de Pesquisa será constituída de:

- I - seis profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor;
- II - os Presidentes das Comissões de Pesquisa das Unidades de Ensino que compõe o Conselho Deliberativo;
- III - Presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo;
- IV - um representante do corpo discente, conforme estabelecido no Regimento da Câmara de Pesquisa do HU;

§ 4º - Os mandatos serão de dois anos, admitida a recondução.

Artigo 14º - O CD estabelecerá, por portaria, as normas de funcionamento e atribuições da COMEP.

CAPÍTULO II

Da Superintendência

Artigo 15º - A Superintendência é o órgão de direção executiva que coordena, supervisiona e controla todas as atividades do HU.

SEÇÃO I

Das Atribuições

Artigo 16º - A Superintendência do HU tem as seguintes atribuições:

- I - administrar o Hospital;
- II - estabelecer as diretrizes gerais para o seu funcionamento;
- III - coordenar e supervisionar suas atividades assistenciais;
- IV - estabelecer o relacionamento externo e divulgar as atividades do hospital;
- V - propor ao CD o quadro de pessoal;
- VI - encaminhar a proposta orçamentária ao CD;
- VII - analisar contratos e convênios;
- XIX - estabelecer a tabela de preços dos serviços prestados pelo HU;
- IX - avaliar o desempenho do hospital;
- X - elaborar o relatório anual a ser submetido à apreciação do CD.

SEÇÃO II

Do Superintendente

Artigo 17º - O Superintendente, Livre-Docente, no mínimo, será designado pelo Reitor dentre os componentes de lista triplíce elaborada pelo CD.

Parágrafo único - O Superintendente, demissível *ad nutum*, terá mandato coincidente com o do Reitor.

Artigo 18º - Ao Superintendente compete:

- I - administrar o HU e supervisionar todas as suas atividades;
- II - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente;
- III - indicar os assessores, bem como seu substituto eventual submetendo os nomes à homologação pelo CD;
- IV - designar os membros das comissões subordinadas, os Diretores dos Departamentos, Divisões e Serviços, V
- V - ouvindo os Diretores das Unidades respectivas, quando for o caso;
- VI - homologar os processos licitatórios;
- VII - julgar os processos administrativos e de sindicâncias;
- XIX - assinar convênios e contratos devidamente autorizados;
- IX - constituir comissões, ouvindo quando for o caso, as áreas pertinentes;
- X - participar das reuniões do CD;
- XI - baixar portarias administrativas.

SEÇÃO III

Das Comissões do HU

Artigo 19º - Ficam subordinadas ao Superintendente as seguintes Comissões:

I - Comissão de Análise de Óbitos e Intercorrências (CAOI);

II - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

III - Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT);

IV - Comissão de Julgamento de Licitações (CJL);

V - Comissão de Informática (CINFOR);

VI - Comissão de Biblioteca e Documentação Científica (CBDC);

§ 1º - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.

§ 2º - As Comissões em sua primeira reunião anual elegerão seus presidentes e respectivos suplentes, dentre seus membros.

§ 3º - Os membros das Comissões e respectivos suplentes serão designados pelo Superintendente, ouvidos os Diretores de Departamento, de Divisão e de Serviço.

Artigo 20º - As comissões referidas no artigo anterior terão suas atribuições e funcionamento regulamentadas em resoluções do CD, propostas pelo Superintendente.

Artigo 21º - Além das comissões anteriormente referidas, o Superintendente providenciará a instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Comissão de Ética Médica, Comissão de Ética em Enfermagem e Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), nos termos da legislação vigente.

Artigo 22º - Ficam diretamente subordinadas ao Superintendente os seguintes Departamentos, Divisões e Serviços:

I - Departamento Administrativo;

II - Departamento Médico;

III - Departamento de Enfermagem;

IV - Divisão de Farmácia e Laboratório Clínico;

V - Serviço de Nutrição e Dietética;

VI - Divisão de Odontologia;

VII - Serviço de Biblioteconomia e Documentação Científica.

Artigo 23º - A estrutura e atribuições dos departamentos, divisões e serviços, referidos no artigo anterior, serão propostas pelo Superintendente e homologadas pelo CD.

Parágrafo único - O CD poderá baixar portarias complementares, por proposta do Superintendente, disciplinando o funcionamento das divisões e serviços.

Artigo 24º - A Secretaria do HU, com a finalidade de organizar o expediente e arquivos do CD e da Superintendência, fica subordinada diretamente ao Superintendente.

Parágrafo único - A Secretaria referida no *caput* terá sua estrutura e atribuições fixadas por ato reitoral por proposta do Superintendente, homologada pelo CD.

SEÇÃO IV

Da Assessoria Técnico-Administrativa

Artigo 25º - A Assessoria Técnico-Administrativa, constituída por profissionais de nível superior, tem por finalidade assessorar e auxiliar o Superintendente na formulação e execução do plano de ação estabelecido para o funcionamento do HU.

Parágrafo único - Os assessores poderão ser encarregados de outras atribuições que venham a ser estabelecidas pelo CD ou pela Superintendência.

SEÇÃO V

Do Departamento Médico

Artigo 26º - O Departamento Médico, tem por finalidade coordenar, supervisionar e controlar as atividades na área médica a ele subordinadas.

Parágrafo único - O Departamento referido no *caput* deve colaborar com o Superintendente para o funcionamento harmônico das divisões e serviços do HU.

Artigo 27º - O Departamento Médico tem a seguinte estrutura:

I - Divisão de Clínica Médica;

II - Divisão de Clínica Cirúrgica;

III - Divisão de Clínica Obstétrica e Ginecológica;

IV - Divisão de Clínica Pediátrica;

V - Serviço de Anatomia Patológica;

VI - Serviço de Anestesiologia;

VII - Serviço de Imagenologia;

XIX - Serviço de Ortopedia.

Parágrafo único - A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidas no artigo anterior, serão propostas pelo Diretor do Departamento e homologadas pelo CD.

SEÇÃO VI

Do Departamento de Enfermagem

Artigo 28º - O Departamento de Enfermagem tem por finalidade coordenar, supervisionar e controlar as atividades na área de enfermagem a ele subordinadas.

Parágrafo único - O Departamento referido no *caput* deve colaborar com o Superintendente para o funcionamento harmônico das divisões e serviços do HU.

Artigo 29º - O Departamento de Enfermagem tem a seguinte estrutura:

- I - Divisão de Enfermagem Clínica;
- II - Divisão de Enfermagem Cirúrgica;
- III - Divisão de Enfermagem Materno-Infantil;
- IV - Divisão de Enfermagem de Pacientes Externos;
- V - Serviço de Apoio Educacional.

Parágrafo único - A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidos no artigo anterior, serão propostas pelo Diretor do Departamento e homologadas pelo CD.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Artigo 30º - São atribuições comuns aos dirigentes ou responsáveis por órgãos do HU, observadas as respectivas áreas de atuação:

- I - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as decisões dos órgãos superiores, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades hierarquicamente superiores;
- II - transmitir a seus subordinados a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos;
- III - estimular o desenvolvimento profissional dos servidores subordinados;
- IV - expedir as determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;
- V - manter ambiente propício ao desenvolvimento dos trabalhos;
- VI - avaliar o desempenho dos órgãos subordinados e responder pelos resultados alcançados;
- VII - providenciar a instrução de processos de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior;
- XIX - manifestando-se, conclusivamente, a respeito das matérias;
- IX - propor ao superior imediato a indicação do respectivo substituto, obedecidos os requisitos inerentes à função;
- X - apresentar relatórios sobre os serviços executados pelo órgão que dirige;

XI - praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer atribuições dos órgãos administrativos ou do pessoal subordinado, quando necessário;

XII - avocar de modo geral ou em casos especiais a competência de qualquer servidor subordinado;

XIII - diligenciar para que a programação dos trabalhos seja cumprida;

XIV - controlar a frequência diária do pessoal subordinado;

XV - decidir sobre pedidos de abono e justificação de faltas ao serviço;

XVI - conceder férias aos subordinados, quando decorrente de escala estabelecida;

XVII - requisitar material de consumo e material permanente, necessário ao uso do órgão que dirige;

XVIII - tratar a todos com urbanidade;

XIX - praticar outros atos decorrentes da legislação vigente, normas ou ordens superiores.

Artigo 31º - O funcionamento dos diferentes órgãos será estabelecido por meio de resoluções do CD ou por portarias da Superintendência, quando for o caso.

Artigo 32º - A interação entre HU e Unidades será realizada por docentes indicados pela Unidade ao Superintendente e homologados pelo CD.

Artigo 33º - A seleção de servidores, de nível superior, por concurso público, será feita por comissões indicadas pelo Superintendente com a participação de docentes indicados pelas Unidades das áreas respectivas.

Artigo 34º - Os Diretores dos Departamentos, das Divisões e Serviços serão indicados pelo Superintendente, ouvidas as Diretorias das Unidades respectivas, quando for o caso.

Artigo 35º - As funções dos membros das Comissões Permanentes e das Comissões Consultivas do HU não serão remuneradas.

Artigo 36º - A frequência ao HU de profissionais ligados à área da saúde, para aprendizado, poderá ocorrer mediante proposta justificada à Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP) e aprovada pelo Superintendente.

Artigo 37º - Os servidores do HU ficarão sujeitos ao regime jurídico da C.L.T. ou outro que vier a ser estabelecido pela Universidade.

Artigo 38º - Notícias e informações referentes ao HU somente poderão ser veiculadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pelo Superintendente ou por Assessores, quando autorizados.

Artigo 39º - Os servidores não poderão receber, a qualquer título ou sob qualquer forma, retribuições particulares por serviços prestados em sua condição funcional.

Artigo 40º - Os servidores não poderão tratar com terceiros, assuntos de interesse do HU, sem prévia e expressa autorização do CD ou da Superintendência.

TÍTULO V Do Diretor Clínico

Artigo 41º - Ao Diretor Clínico compete a supervisão da prática médica na instituição; devendo ser eleito pelo Corpo Clínico.

Artigo 42º - Cabe ao Conselho Deliberativo do Hospital Universitário, sendo uma instituição de ensino, regulamentar a escolha do médico para o cargo de Diretor Clínico, devendo garantir a participação integral dos médicos, bem como estabelecer requisitos mínimos a serem preenchidos pelos candidatos à Direção.

Artigo 43º - O mandato do Diretor Clínico será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período.

Artigo 44º - Para candidatura ao cargo de Diretor Clínico, o candidato deve pertencer ao quadro de funcionários do HU e ter, no mínimo, Doutorado.

Artigo 45º - Todo o corpo clínico do Hospital Universitário poderá votar, sendo o voto direto e secreto.

Artigo 46º - Será criada Comissão Eleitoral temporária, com membros indicados pela Superintendência, para condução dos trabalhos eleitorais, podendo a Comissão deliberar sobre eventuais ocorrências nas eleições;

Artigo 47º - Os três candidatos mais votados comporão uma lista triplíce, que será levada para apreciação do Conselho Deliberativo, que indicará o Diretor Clínico e seu vice.

Artigo 48º - A renúncia ao cargo de Diretor Clínico deverá ser feita por escrito, devendo o Vice-Diretor Clínico assumir imediatamente.

Parágrafo único - Na vacância de ambos os cargos será deflagrado imediatamente processo eleitoral de escolha de Diretor e Vice, para completar o mandato.

TÍTULO VI Das Disposições Transitórias

Artigo 1º - O Superintendente providenciará no prazo de cento e vinte dias as modificações necessárias para a adaptação da estrutura do HU ao presente regimento.

Parágrafo único - Para cumprir o disposto no *caput* do artigo anterior, o Superintendente procederá o remanejamento dos servidores, quando necessário.

Artigo 2º - O presente Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO Nº _____

FLS. N.º 65

Proc. N.º _____


Rub. _____

Processo: 2011.1.4900.62.9

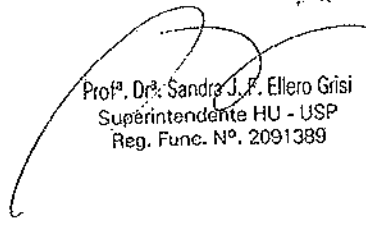
Interessado: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Devolvam-se os autos ao HU, para reapreciação pelo Conselho Deliberativo, quanto às sugestões feitas pela PG-USP, voltando, oportunamente, à SG/CLR.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2012.


Rubens Beçak
Secretário Geral

Aprovado na 157 reunião
do Conselho Deliberativo
de 29/12/12.


Profª. Drª. Sandra J. F. Ellero Grisi
Superintendente HU - USP
Reg. Func. Nº. 2091389



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S. Paulo - SP CEP 05508-900
 Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

Processo no.: 2011.1.4900.62.9
 Interessado: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
 Assunto: Alteração de Regimento

PARECER

Cuidam os autos de reforma do Regimento do Hospital Universitário, cuja nova edição está anexa como fls. 8/19. A matéria foi encaminhada à Procuradoria Jurídica que emitiu parecer (PG.P.0046/12 - RUSP), incluso sob fls. 22 a 29.

A proposta de reforma incide sobre: a) composição da Câmara de Pesquisa e Comissão de Ensino e Pesquisa; b) alteração da denominação da "Divisão Técnico-Assistencial" para "Departamento Administrativo" ao mesmo tempo em que suprime a "Divisão Administrativa"; c) criação dos Departamentos Médico e de Enfermagem; d) reestruturação de atribuições de divisões e dos serviços; e) regulamentação do cargo de Diretor Clínico (com fundamento na Resolução CFM no. 1481/97 e na Resolução CRESMESP no. 184/08).

No que concerne a esta última proposta de alteração do Regimento, o parecer observa que a Resolução CFM no. 1481/97 fixa diretrizes gerais para elaboração de Regimentos Internos de corpos clínicos das instituições prestadoras de serviços de assistência técnica no país; e a Resolução CREMESP no. 184/08 dispõe sobre o processo de escolha do médico no âmbito dos Hospitais Universitários e de Ensino. O mesmo parecer identifica dois outros estatutos: a Resolução CFM no. 1342/91, estabelecendo as atribuições do Diretor Técnico e do Diretor Clínico bem como a Resolução CREMESP no. 134/06 também firmando diretrizes gerais para a elaboração de Regimentos Internos dos estabelecimentos de assistência médica no Estado de S. Paulo.

O parecer comenta a aplicabilidade de tais regulamentos ao Regimento do HU. Argumenta que a finalidade deste Hospital é promover ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade (artigo 1º. Do Regimento), o que o equipara às atividades-fins da própria Universidade (artigo 2º. do Estatuto). O parecer entende que aqueles regulamentos, implicando ingerência dos Conselhos Profissionais na organização interna do órgão universitário, ferem a autonomia da Universidade prevista em preceito constitucional (art. 207 da Constituição Federal). O parecer entende que o Regimento proposto pode acolher na íntegra ou parcialmente as normas contidas nos regulamentos de regulamentação profissional mencionados, desde que respeitados os fins do HU.

Quanto à proposta em si, apresentada pelo HU, o parecer não encontrou óbices sob o aspecto jurídico-formal que entrem em conflito com as normas estatutárias universitárias. Apresentou reparos quanto à disposição do conteúdo e à redação do texto, todas consubstanciadas no quadro sinótico de fls. 26 a 29. Os reparos de maior destaque incidem sobre questões substantivas. Dizem respeito a "supressão" da aprovação do Reitor às propostas de estrutura e de atribuições das divisões e dos serviços (parágrafo

58

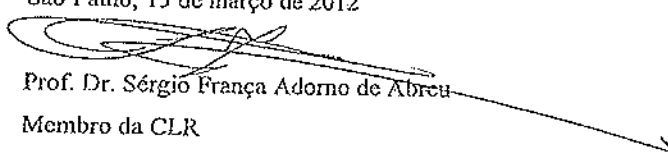
únicos dos artigos 28 e 30 do Regimento e parágrafos 27 e 29 da proposta). Além disso, a criação do Título V – Do Diretor Clínico também se insere dentre as matérias de mérito a serem apreciadas pelos órgãos superiores – CLR e Co.” (p.24).

Os autos retornaram ao HU para a revisão do texto. No tocante aos aspectos formais, a nova versão (fls. 43 a 54) acolheu as sugestões do parecer, tendo sido aprovadas pelo Conselho Deliberativo do HU em 29/12/2012. Neste aspecto, sugiro apenas duas correções: a) artigo 11, inciso IV substituir, em lugar de apenas servidores, a expressão “servidores técnicos e administrativos”; e b) artigo 48, parágrafo único, acrescentar “Na vacância... será deflagrado imediatamente o processo eleitoral de escolha do Diretor e Vice, para completar o mandato”.

Quanto às alterações substantivas, não houve manifestação do HU, tampouco alteração na proposta do Regimento Interno. À vista das ponderações contidas no parecer mencionado, proponho o retorno dos autos ao HU para esclarecimentos no tocante a esta matéria.

É o que submeto à consideração superior.


São Paulo, 13 de março de 2012


Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro da CLR


A CLR, em sessão realizada em 14 de março de 2012, aprovou o parecer do relator, pelo encaminhamento dos autos ao Hospital Universitário, para que se manifeste quanto ao parágrafo único dos artigos 27 e 29, conforme fls. 24 do Parecer da Procuradoria Geral, voltando, oportunamente à SG/CLR.

Encaminhem-se os autos ao HU.

São Paulo, 15 de março de 2012.


Rubens Deçak
Secretário Geral

15100 20042712 1707 11



Folha de Informação – Proc. 2011.1.4900.62.9

19

São Paulo, 29 de março de 2012.

Juntada fl. 60.

Devolva-se à Secretaria Geral/Comissão de Legislação e Recurso, com a justificativa solicitada e devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo do HU, conforme solicitado à fl. 59.

Atenciosamente,



Profa. Dra. Sandra Josefina Ferraz Ellero Grisi
Superintendente

FOLHA DE INFORMAÇÃO

Recebo o Parecer CLR, datado de 13 de março de 2012, onde o parecerista, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, solicita manifestação e esclarecimentos deste HU em relação aos itens apontados no Parecer PG.P. 0046/12 – RUSP, subscrito pelo Procurador Dr. Régis Lattouf.

Quanto ao parágrafo único dos artigos 28 e 30, optamos por acolher a redação do Regimento anterior, que reza que "a estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidas no artigo anterior, serão propostas pelo Diretor do Departamento, homologadas pelo CD e encaminhadas ao Reitor para aprovação".

Quanto ao parágrafo único dos artigos 27 e 29, optamos por acolher a redação do Regimento anterior, conforme destacado no parágrafo acima.

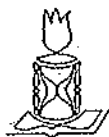
Quanto ao Título V – Do Diretor Clínico, cumpre destacar que por exigência da Lei 6839/80, todos os estabelecimentos de saúde são obrigados a se registrar em suas respectivas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, no caso do HU, o Conselho Regional de Medicina que exige, para o registro de Pessoa Jurídica (o HU está com seu registro vencido desde 31/7/2011), o encaminhamento de uma série de documentos obrigatórios e regulamentados, entre eles a Ata de Eleição do Diretor Clínico e da Comissão de Ética Médica, esta última já parte integrante do Regimento (vide artigo 22 do Regimento atual). Além de legalmente exigida, a figura do Diretor Clínico é anseio de longa data do corpo clínico do Hospital Universitário, citando o manual de Diretoria Clínica do CREMESP, é médico de confiança do Corpo Clínico e deve ser eleito por voto secreto e direto em processo eleitoral especialmente convocado para essa finalidade. Dentre suas atribuições, vale destacar a representatividade do Diretor Clínico junto à mesa administrativa da instituição, cabe ao Diretor Clínico estimular o desenvolvimento, nas equipes, do espírito de crítica científica e estímulo ao estudo e à pesquisa, garantir que os integrantes do Corpo Clínico observem os princípios do Código de Ética Médica, as disposições legais em vigor, a ordem interna da instituição e as resoluções baixadas pelos órgãos e autoridades competentes em matéria de procedimento ético ou recomendações técnicas para o exercício da Medicina e, por fim, encaminhar à Comissão de Ética Médica consulta ou denúncia relativas a quaisquer assuntos de natureza ética, visando o bom exercício da Medicina na instituição. A proposta de revisão do Regimento e inserção do Título V decorre dos motivos expressos, o Diretor Clínico é figura de grande importância para a instituição e seu Corpo Clínico, justificando sua inclusão no Regimento do HU.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

São Paulo, 21 de março de 2012.

Profa. Dra. Sandra J. F. Ellero Grisi
Superintendente

Aprovado na 158 reunião
do Conselho Deliberativo
de 28 / 3 / 2012



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária - S.Paulo - SP CEP 05508-900
Tel/fax: (55.11) 211.2096/818-3703 - e-mail: fsl@edu.usp.br

PROCESSO no: 2011.1.4900.62.9
INTERESSADO: Hospital Universitário
ASSUNTO: Proposta de Alterações do Regimento do Hospital Universitário

PARECER

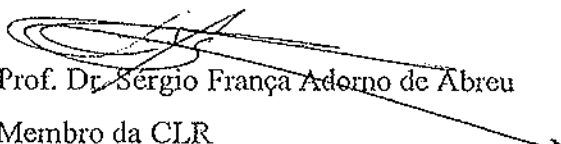
A manifestação da Superintendência do Hospital Universitário, às fls. 60 dos autos, aprovada na 158ª reunião do Conselho Deliberativo, responde às ponderações contidas no parecer deste Conselheiro (fls. 57 e 58). Sugiro, porém, pequena alteração na redação do parágrafo único dos artigos 27 e 29, da proposta, nos seguintes termos: "A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidas nesta sessão, serão propostas pelo Diretor do Departamento, homologadas pelo CD e encaminhadas ao Reitor para decisão". A redação proposta faz remissão ao "artigo anterior", que não se aplica neste caso.

Quanto à criação do título V – Do Diretor Clínico, a mesma manifestação do HU apresenta as justificativas para sua criação, as exigências para preenchimento da função, suas atribuições e responsabilidades e o modo de sua eleição consoante os regulamentos profissionais. Segundo meu entendimento, tais atribuições não entram em conflito com a natureza do HU e sua finalidade de promover o ensino, a pesquisa e a extensão dos serviços à comunidade.

Seria recomendável incorporar aos autos a versão definitiva do Regimento, inclusive com correção de redação: artigo 11, item XIV (servidores técnicos e administrativos).

Isto posto, proponho a aprovação das alterações no Regimento do Hospital Universitário.

São Paulo, 10 de abril de 2011


Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Membro da CLR

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
REITORIA

INFORMAÇÃO N° _____

FLS. N.º _____

Proc. N.º _____

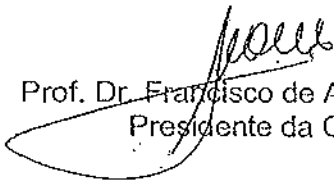
Rub. _____

Processo: 2011.1.4900.62.9

Interessado: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

A CLR, em sessão realizada em 11 de abril de 2012, aprovou o parecer do relator, favorável à proposta de alterações do Regimento do Hospital Universitário.

São Paulo, 16 de abril de 2012.



Prof. Dr. Francisco de Assis Leone
Presidente da CLR

De ordem do Magnífico Reitor, incluem-se os autos na pauta do Conselho Universitário.

São Paulo, 16 de abril de 2012.



Rubens Beçak
Secretário Geral



Secretaria Geral

MINUTA

RESOLUÇÃO Nº , DE DE DE 2012.

Baixa o Regimento do Hospital Universitário da
Universidade de São Paulo.

O Reitor da Universidade de São Paulo, usando de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, IX, do Estatuto, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada em 2012, baixa a seguinte

RESOLUÇÃO:

Artigo 1º - Fica aprovado o Regimento do Hospital Universitário, anexo à presente Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação (Proc. 2011.1.4900.62.9).

Artigo 3º - Fica revogada a Resolução nº 4886/2001.

Reitoria da Universidade de São Paulo, de de 2012.

JOÃO GRANDINO RODAS
Reitor

RUBENS BEÇAK
Secretário Geral



Secretaria Geral

REGIMENTO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

TÍTULO I

Das Finalidades

Artigo 1º - O Hospital Universitário (HU), órgão previsto no Título II, Artigo 8º do Estatuto da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 3461/88 e no Título I, Capítulo IV, Artigo 8º, Inciso I, do Regimento Geral da Universidade de São Paulo, baixado pela Resolução 3745/90, tem por finalidade promover o ensino, a pesquisa e a extensão de serviços à comunidade.

Artigo 2º - Para a consecução de seus objetivos cabe ao HU:

I - estimular e promover o ensino e a pesquisa, servindo-lhes de campo de atividades e desenvolvimento;

II - desenvolver atividades assistenciais de prevenção e tratamento da doença, bem como de proteção e recuperação da saúde;

III - colaborar com as instituições de ensino no desenvolvimento de tecnologias assistenciais, educativas e operacionais.

Parágrafo único - Para atender o disposto no artigo anterior, o HU deve prestar serviços aos corpos docente, discente e de servidores técnicos e administrativos da USP, bem como à população da área geográfica correspondente atualmente ao Distrito de Saúde do Butantã.

TÍTULO II

Dos Recursos Financeiros e Patrimoniais

Artigo 3º - São de responsabilidade administrativa do HU suas instalações, equipamentos, valores e demais recursos ou bens que lhe sejam destinados.

Artigo 4º - Constituem recursos financeiros:

I - dotação da Universidade de São Paulo, consignada anualmente em seu orçamento;

II - auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas físicas e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

III - receitas próprias patrimoniais e industriais provenientes de serviços prestados a terceiros;

IV - receitas eventuais.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

TÍTULO III

Da Administração Superior

Artigo 5º - São órgãos da Administração Superior do HU:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Superintendência.

CAPÍTULO I

Do Conselho Deliberativo

SEÇÃO I

Da Composição e Competência

Artigo 6º - O Conselho Deliberativo (CD) é constituído por:

I – O Diretor das seguintes Unidades:

- a) Escola de Enfermagem;
- b) Faculdade de Ciências Farmacêuticas;
- c) Faculdade de Medicina;
- d) Faculdade de Odontologia;
- e) Faculdade de Saúde Pública;
- f) Instituto de Psicologia.

II - um Representante Discente;

III - um Representante dos servidores técnicos e administrativos da USP;

IV - um Representante dos Usuários do Distrito de Saúde do Butantã.

§ 1º - O CD será presidido pelo Diretor da Faculdade de Medicina ou em suas faltas e impedimentos, pelo Diretor de outra Unidade componente do Conselho, com maior tempo de exercício como membro do Colegiado.

§ 2º - O representante discente e o respectivo suplente serão eleitos anualmente, em novembro, segundo regimento elaborado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), dentre os alunos dos cursos das Unidades participantes do CD.

§ 3º - O representante e respectivo suplente dos servidores técnicos e administrativos, eleitos, dentre eles, pelos representantes dos servidores técnicos e administrativos nas Congregações de todas as Unidades da USP, com mandato de dois anos, permitida a recondução.



Secretaria Geral

§ 4º - O representante e respectivo suplente, dos usuários do Distrito de Saúde do Butantã indicados pelo Conselho de Saúde desse Distrito, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 5º - O Presidente do CD baixará normas regulamentando o processo eleitoral, com trinta dias de antecedência, dando ampla divulgação nas Unidades interessadas.

Artigo 7º - O Superintendente do Hospital Universitário participará das reuniões, sem direito a voto.

Artigo 8º - O CD reunir-se-á uma vez por mês, ordinariamente, e extraordinariamente quando convocado por seu Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias serão convocadas com quarenta e oito horas de antecedência, com a pauta dos trabalhos.

§ 2º - O CD reunir-se-á, em primeira e segunda convocações com a presença de mais da metade de seus membros e em terceira convocação com qualquer número, quarenta e oito horas após.

Artigo 9º - As deliberações do CD serão tomadas por maioria simples, salvo nos casos em que o Estatuto ou o Regimento Geral da Universidade disponham de modo diverso.

Parágrafo único - As votações serão secretas, nos casos previstos no Artigo 247 do Regimento Geral ou a juízo do colegiado.

Artigo 10 - As deliberações do CD serão baixadas por portarias ou encaminhadas ao Reitor quando necessário, nos termos da legislação vigente.

Artigo 11 - Ao Conselho Deliberativo (CD) compete:

I - definir as diretrizes básicas das atividades de assistência médico-hospitalar, de pesquisa, de cooperação didática e de prestação de serviços médicos e hospitalares à comunidade;

II - deliberar sobre assuntos de interesse do HU, que lhe forem submetidos pelo seu Presidente ou por proposta do Superintendente;

III - definir critérios e prioridades;

IV - acompanhar a execução de planos de trabalho, projetos e atividades do HU;

V - eleger os nomes para compor a lista tríplice para a escolha do Superintendente pelo Reitor;

VI - referendar a indicação feita pelo Superintendente, do seu eventual substituto nos impedimentos legais e temporários;

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

VII - propor à Reitoria acordos, convênios e contratos, com entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras;

VIII - propor à Reitoria a aceitação de legados e doações feitas ao HU, quando clausuladas;

IX - aprovar e dar o encaminhamento definido na legislação pertinente:

- a) a proposta do quadro de pessoal do HU e o respectivo plano de classificação de funções;
- b) os planos e programas do HU;
- c) a proposta de orçamento de custeio e investimento, programações financeiras e suas alterações;
- d) o regimento do HU.

X - aprovar a prestação de contas e o relatório anual da Superintendência;

XI - homologar a composição da Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP);

XII - criar, para fins específicos, comissões transitórias estabelecendo suas atribuições;

XIII - aprovar normas para a concessão de bolsas de estudo;

XIV - convocar servidores técnicos e administrativos e convidar especialistas para opinar sobre assuntos de interesse do HU;

XV - elaborar o relatório anual de suas atividades e encaminhá-lo ao Reitor juntamente com o da Superintendência.

Parágrafo único - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.

SEÇÃO II

Da Competência do Presidente

Artigo 12 - Ao Presidente do Conselho Deliberativo compete:

- I - convocar e presidir as reuniões do colegiado;
- II - organizar a pauta das reuniões;
- III - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente;
- IV - encaminhar ao Reitor as deliberações do CD;



Secretaria Geral

V - encaminhar ao Reitor a lista tríplice de nomes para a escolha do Superintendente.

VI - decidir, em casos de urgência, "ad referendum" do CD;

VII - baixar portarias.

SEÇÃO III

Da Comissão de Ensino e Pesquisa

Artigo 13 - Haverá no Hospital uma Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP) permanente, diretamente subordinada ao CD, com a finalidade de coordenar e supervisionar as atividades didáticas e de pesquisa.

§ 1º - A COMEP será constituída por uma Câmara de Ensino e uma Câmara de Pesquisa.

§ 2º - A Câmara de Ensino, que contemplará as atividades de Graduação e Pós-Graduação *lato sensu*, será constituída pelos Presidentes das Comissões de Graduação das unidades que compõem o CD e por 6 (seis) profissionais do Hospital Universitário indicados pela Superintendência.

§ 3º - A Câmara de Pesquisa será constituída de:

I - seis profissionais do Hospital Universitário com titulação mínima de Doutor;

II - os Presidentes das Comissões de Pesquisa das Unidades de Ensino que compõe o Conselho Deliberativo;

III - Presidente da Comissão de Pesquisa do Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo;

IV - um representante do corpo discente, conforme estabelecido no Regimento da Câmara de Pesquisa do HU.

§ 4º - Os mandatos serão de dois anos, admitida a recondução.

Artigo 14 - O CD estabelecerá, por portaria, as normas de funcionamento e atribuições da COMEP.



Secretaria Geral

CAPÍTULO II

Da Superintendência

Artigo 15 - A Superintendência é o órgão de direção executiva que coordena, supervisiona e controla todas as atividades do HU.

SEÇÃO I

Das Atribuições

Artigo 16 - A Superintendência do HU tem as seguintes atribuições:

- I - administrar o Hospital;
- II - estabelecer as diretrizes gerais para o seu funcionamento;
- III - coordenar e supervisionar suas atividades assistenciais;
- IV - estabelecer o relacionamento externo e divulgar as atividades do hospital;
- V - propor ao CD o quadro de pessoal;
- VI - encaminhar a proposta orçamentária ao CD;
- VII - analisar contratos e convênios;
- VIII - estabelecer a tabela de preços dos serviços prestados pelo HU;
- IX - avaliar o desempenho do hospital;
- X - elaborar o relatório anual a ser submetido à apreciação do CD.

SEÇÃO II

Do Superintendente

Artigo 17 - O Superintendente, Livre-Docente, no mínimo, será designado pelo Reitor dentre os componentes de lista triplíce elaborada pelo CD.

Parágrafo único - O Superintendente, demissível *ad nutum*, terá mandato coincidente com o do Reitor.

Artigo 18 - Ao Superintendente compete:

- I - administrar o HU e supervisionar todas as suas atividades;
- II - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente;
- III - indicar os assessores, bem como seu substituto eventual submetendo os nomes à homologação pelo CD;

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741



Secretaria Geral

IV - designar os membros das comissões subordinadas, os Diretores dos Departamentos, Divisões e Serviços, ouvindo os Diretores das Unidades respectivas, quando for o caso;

V - homologar os processos licitatórios;

VI - julgar os processos administrativos e de sindicâncias;

VII - assinar convênios e contratos devidamente autorizados;

VIII - constituir comissões, ouvindo quando for o caso, as áreas pertinentes;

IX - participar das reuniões do CD;

X - baixar portarias administrativas.

SEÇÃO III

Das Comissões do HU

Artigo 19 - Ficam subordinadas ao Superintendente as seguintes Comissões:

I - Comissão de Análise de Óbitos e Intercorrências (CAOI);

II - Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH);

III - Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT);

IV - Comissão de Julgamento de Licitações (CJL);

V - Comissão de Informática (CINFOR);

VI - Comissão de Biblioteca e Documentação Científica (CBDC).

§ 1º - Todas as Comissões serão constituídas por membros das áreas envolvidas nas atividades da comissão, com mandato de um ano, permitindo-se reconduções.

§ 2º - As Comissões em sua primeira reunião anual elegerão seus presidentes e respectivos suplentes, dentre seus membros.

§ 3º - Os membros das Comissões e respectivos suplentes serão designados pelo Superintendente, ouvidos os Diretores de Departamento, de Divisão e de Serviço.

Artigo 20 - As comissões referidas no artigo anterior terão suas atribuições e funcionamento regulamentadas em resoluções do CD, propostas pelo Superintendente.



Secretaria Geral

Artigo 21 - Além das comissões anteriormente referidas, o Superintendente providenciará a instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), Comissão de Ética Médica, Comissão de Ética em Enfermagem e Comissão de Ética em Pesquisa (CEP), nos termos da legislação vigente.

Artigo 22 - Ficam diretamente subordinadas ao Superintendente os seguintes Departamentos, Divisões e Serviços:

- I - Departamento Administrativo;
- II - Departamento Médico;
- III - Departamento de Enfermagem;
- IV - Divisão de Farmácia e Laboratório Clínico;
- V - Serviço de Nutrição e Dietética;
- VI - Divisão de Odontologia;
- VII - Serviço de Biblioteconomia e Documentação Científica.

Artigo 23 - A estrutura e atribuições dos departamentos, divisões e serviços, referidos no artigo anterior, serão propostas pelo Superintendente e homologadas pelo CD.

Parágrafo único - O CD poderá baixar portarias complementares, por proposta do Superintendente, disciplinando o funcionamento das divisões e serviços.

Artigo 24 - A Secretaria do HU, com a finalidade de organizar o expediente e arquivos do CD e da Superintendência, fica subordinada diretamente ao Superintendente.

Parágrafo único - A Secretaria referida no *caput* terá sua estrutura e atribuições fixadas por ato reitoral por proposta do Superintendente, homologada pelo CD.

SEÇÃO IV

Da Assessoria Técnico-Administrativa

Artigo 25 - A Assessoria Técnico-Administrativa, constituída por profissionais de nível superior, tem por finalidade assessorar e auxiliar o Superintendente na formulação e execução do plano de ação estabelecido para o funcionamento do HU.

Parágrafo único - Os assessores poderão ser encarregados de outras atribuições que venham a ser estabelecidas pelo CD ou pela Superintendência.



Secretaria Geral

SEÇÃO V

Do Departamento Médico

Artigo 26 - O Departamento Médico tem por finalidade coordenar, supervisionar e controlar as atividades na área médica a ele subordinadas.

Parágrafo único - O Departamento referido no *caput* deve colaborar com o Superintendente para o funcionamento harmônico das divisões e serviços do HU.

Artigo 27 - O Departamento Médico tem a seguinte estrutura:

- I - Divisão de Clínica Médica;
- II - Divisão de Clínica Cirúrgica;
- III - Divisão de Clínica Obstétrica e Ginecológica;
- IV - Divisão de Clínica Pediátrica;
- V - Serviço de Anatomia Patológica;
- VI - Serviço de Anestesiologia;
- VII - Serviço de Imagenologia;
- VIII - Serviço de Ortopedia.

Parágrafo único - A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidas nesta sessão, serão propostas pelo Diretor do Departamento, homologadas pelo CD e encaminhadas ao Reitor para decisão.

SEÇÃO VI

Do Departamento de Enfermagem

Artigo 28 - O Departamento de Enfermagem tem por finalidade coordenar, supervisionar e controlar as atividades na área de enfermagem a ele subordinadas.

Parágrafo único - O Departamento referido no *caput* deve colaborar com o Superintendente para o funcionamento harmônico das divisões e serviços do HU.

Artigo 29 - O Departamento de Enfermagem tem a seguinte estrutura:

- I - Divisão de Enfermagem Clínica;
- II - Divisão de Enfermagem Cirúrgica;
- III - Divisão de Enfermagem Materno-Infantil;
- IV - Divisão de Enfermagem de Pacientes Externos;
- V - Serviço de Apoio Educacional.



Secretaria Geral

Parágrafo único - A estrutura e atribuições das divisões e serviços, referidas nesta sessão, serão propostas pelo Diretor do Departamento, homologadas pelo CD e encaminhadas ao Reitor para decisão.

TÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Artigo 30 - São atribuições comuns aos dirigentes ou responsáveis por órgãos do HU, observadas as respectivas áreas de atuação:

- I - cumprir e fazer cumprir as normas legais e regulamentares, as decisões dos órgãos superiores, os prazos para desenvolvimento dos trabalhos e as ordens das autoridades hierarquicamente superiores;
- II - transmitir a seus subordinados a estratégia a ser adotada no desenvolvimento dos trabalhos;
- III - estimular o desenvolvimento profissional dos servidores subordinados;
- IV - expedir as determinações necessárias à manutenção da regularidade dos serviços;
- V - manter ambiente propício ao desenvolvimento dos trabalhos;
- VI - avaliar o desempenho dos órgãos subordinados e responder pelos resultados alcançados;
- VII - providenciar a instrução de processos de expedientes que devam ser submetidos à consideração superior, manifestando-se, conclusivamente, a respeito das matérias;
- VIII - propor ao superior imediato a indicação do respectivo substituto, obedecidos os requisitos inerentes à função;
- IX - apresentar relatórios sobre os serviços executados pelo órgão que dirige;
- X - praticar todo e qualquer ato ou exercer quaisquer atribuições dos órgãos administrativos ou do pessoal subordinado, quando necessário;
- XI - avocar de modo geral ou em casos especiais a competência de qualquer servidor subordinado;
- XII - diligenciar para que a programação dos trabalhos seja cumprida;
- XIII - controlar a frequência diária do pessoal subordinado;
- XIV - decidir sobre pedidos de abono e justificação de faltas ao serviço;



Secretaria Geral

XV - conceder férias aos subordinados, quando decorrente de escala estabelecida;

XVI - requisitar material de consumo e material permanente, necessário ao uso do órgão que dirige;

XVII - tratar a todos com urbanidade;

XVIII - praticar outros atos decorrentes da legislação vigente, normas ou ordens superiores.

Artigo 31 - O funcionamento dos diferentes órgãos será estabelecido por meio de resoluções do CD ou por portarias da Superintendência, quando for o caso.

Artigo 32 - A interação entre HU e Unidades será realizada por docentes indicados pela Unidade ao Superintendente e homologados pelo CD.

Artigo 33 - A seleção de servidores, de nível superior, por concurso público, será feita por comissões indicadas pelo Superintendente com a participação de docentes indicados pelas Unidades das áreas respectivas.

Artigo 34 - Os Diretores dos Departamentos, das Divisões e Serviços serão indicados pelo Superintendente, ouvidas as Diretorias das Unidades respectivas, quando for o caso.

Artigo 35 - As funções dos membros das Comissões Permanentes e das Comissões Consultivas do HU não serão remuneradas.

Artigo 36 - A frequência ao HU de profissionais ligados à área da saúde, para aprendizado, poderá ocorrer mediante proposta justificada à Comissão de Ensino e Pesquisa (COMEP) e aprovada pelo Superintendente.

Artigo 37 - Os servidores do HU ficarão sujeitos ao regime jurídico da C.L.T. ou outro que vier a ser estabelecido pela Universidade.

Artigo 38 - Notícias e informações referentes ao HU somente poderão ser veiculadas pelo Presidente do Conselho Deliberativo, pelo Superintendente ou por Assessores, quando autorizados.

Artigo 39 - Os servidores não poderão receber, a qualquer título ou sob qualquer forma, retribuições particulares por serviços prestados em sua condição funcional.

Artigo 40 - Os servidores não poderão tratar com terceiros, assuntos de interesse do HU, sem prévia e expressa autorização do CD ou da Superintendência.



Secretaria Geral

TÍTULO V

Do Diretor Clínico

Artigo 41 - Ao Diretor Clínico compete a supervisão da prática médica na instituição, devendo ser eleito pelo Corpo Clínico.

Artigo 42 - Cabe ao Conselho Deliberativo do Hospital Universitário, sendo uma instituição de ensino, regulamentar a escolha do médico para o cargo de Diretor Clínico, devendo garantir a participação integral dos médicos, bem como estabelecer requisitos mínimos a serem preenchidos pelos candidatos à Direção.

Artigo 43 - O mandato do Diretor Clínico será de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzido uma única vez por igual período.

Artigo 44 - Para candidatura ao cargo de Diretor Clínico, o candidato deve pertencer ao quadro de funcionários do HU e ter, no mínimo, Doutorado.

Artigo 45 - Todo o corpo clínico do Hospital Universitário poderá votar, sendo o voto direto e secreto.

Artigo 46 - Será criada Comissão Eleitoral temporária, com membros indicados pela Superintendência, para condução dos trabalhos eleitorais, podendo a Comissão deliberar sobre eventuais ocorrências nas eleições;

Artigo 47 - Os três candidatos mais votados comporão uma lista tríplice, que será levada para apreciação do Conselho Deliberativo, que indicará o Diretor Clínico e seu vice.

Artigo 48 - A renúncia ao cargo de Diretor Clínico deverá ser feita por escrito, devendo o Vice-Diretor Clínico assumir imediatamente.

Parágrafo único - Na vacância de ambos os cargos, será deflagrado imediatamente o processo eleitoral de escolha de Diretor e Vice, para completar o mandato.

TÍTULO VI

Disposições Transitórias

Artigo 1º - O Superintendente providenciará no prazo de cento e vinte dias as modificações necessárias para a adaptação da estrutura do HU ao presente regimento.

Parágrafo único - Para cumprir o disposto no *caput* do artigo anterior, o Superintendente procederá o remanejamento dos servidores, quando necessário.

Artigo 2º - O presente Regimento poderá ser alterado a qualquer tempo, por deliberação da maioria absoluta dos membros do Conselho Deliberativo.

Rua da Praça do Relógio, 109 – Cidade Universitária – Butantã – São Paulo/Brasil
CEP 05508-050 – Fone: 3032.0228 Fax: 3815.2741